Uso de dados sem limite na banda larga



QUEM É A PROTESTE?

Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, totalmente independente, mantida pela contribuição de mais de 250 mil associados, todos pessoas físicas.

Missão: elevar, por todos os meios, a nosso alcance, os padrões de defesa do consumidor no Brasil.

15 anos de história!







NOSSAS REVISTAS



ProTeste 157 edições



Dinheiro & Direitos 61 edições



ProTeste Saúde 52 edições



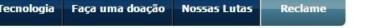


NOSSO SITE



ASSOCIE-SE AGORA É rápido e on line

Cadastre-se







NOTÍCIAS

- 26 PROTESTE vê com cautela
- ABR abertura de conta corrente e poupança pela ...
- 26 Dieta para hipertensos:
- ABR saiba o que evitar Ter alimentação balanceada é ...
- 25 PROTESTE e demais
- ABR entidades pedem revisão da estrutura tarifária da ...
- 20 8 motivos para se
- ABR preocupar com o bloqueio da sua internet fixa As ...
- 19 Cinco direitos que o
- ABR consumidor tem e não sabia Descubra cinco direitos do ...

Outras notícias

RECEBA NOSSAS NOTÍCIAS







INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTOS SOBRE A DEFESA DO CONSUMIDOR

I. EUROCONSUMERS – organizações filiadas em diferentes países. Segundo maior conglomerado de consumidores no mundo - pessoas físicas - com *mais de 1 milhão e 200 mil associados*.



























INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTOS SOBRE A DEFESA DO CONSUMIDOR

II. CONSUMERS INTERNATIONAL - 120 países, com 240 entidades associadas.

III. ICRT – INTERNATIONAL CONSUMER RESEARCH AND TESTING - Criado para articular os testes e pesquisas do movimento de defesa dos consumidores em vários países.



ORIENTAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO

- 1. Orientação e Intermediação ao associado mais de 75 mil atendimentos em 2015, dos quais 3.750 exigiram intermediação da PROTESTE.
- 2. Testes e estudos cerca de 100 por ano.
- 3. Defesa dos consumidores e cidadãos, por meio de Ações Coletivas contra: Má qualidade da internet fixa; Falta de energia; Reajuste na conta de água e esgoto do DF; Cobrança da sacolinhas em SP; Sobretaxa de água em SP, dentre outras.
- 4. Indicação da melhor opção de compra.
- 5. Contribuição para melhorar qualidade dos produtos/serviços.



TENDÊNCIA NÃO É ACESSO LIMITADO

União Internacional de Telecomunicações

País	Acesso à banda larga
Alemanha	Ilimitado
Argentina	Ilimitado
China	Ilimitado
Coreia do Sul	Ilimitado
Estados Unidos	Ilimitado (pela concorrência entre os dois modelos)
França	Ilimitado



União Internacional de Telecomunicações

País	Acesso à banda larga
Holanda	Ilimitado
Inglaterra	Limitado
Itália	Ilimitado
Japão	Limitado
Portugal	Ilimitado



Ilimitada em 130 países

Dos 190 países monitorados pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), 130 oferecem prioritariamente planos de banda larga fixa com internet ilimitada, informou a Agência Brasil.

Apenas três dos 10 países mais bem posicionados no ranking de Tecnologias da Informação e Comunicação têm planos prioritariamente limitados. Na avaliação da UIT, os Estados Unidos têm tanta concorrência entre planos com e sem franquia que podem ser considerados um país com oferta de banda larga fixa ilimitada.



Levantamento da PROTESTE - 1

País	Legislação
Portugal	Autoridade reguladora nacional estabelece que fornecedores devem informar o cliente sobre a velocidade máxima e média de acesso e navegação, e também que não podem garantir velocidade máxima em todos os momentos, pois depende do nível de utilização da rede e servidor de conexão. Maioria dos planos é vinculada a pacotes com TV e telefone. Há planos de fibra óptica com acesso à Internet e telefone, com 30 Mbytes, por 20 euros (R\$ 82,40, 02/05/2016). Na banda larga móvel, a maioria dos planos tem dados limitados.
Brasil	Até agora, o mercado oferece a maioria dos pacotes com acesso ilimitado. Anatel posicionou-se favoravelmente aos contratos com limite de dados. Depois suspendeu temporariamente sua vigência, enquanto as operadoras não forneceram ferramentas para controle pelo usuário. Presidente da República prometeu decreto para regulamentar Marco Civil da Internet, acenando com possível proibição das franquias.
Estados Unidos	O serviço é regulado pela Federal Communications Comission (FCC), que define banda larga com velocidade de download a partir de 25 Mbps, e upload de 3 Mbps. As regras da FCC proíbem bloqueio, estrangulamento e favorecimento de tráfego (serviços privilegiados).

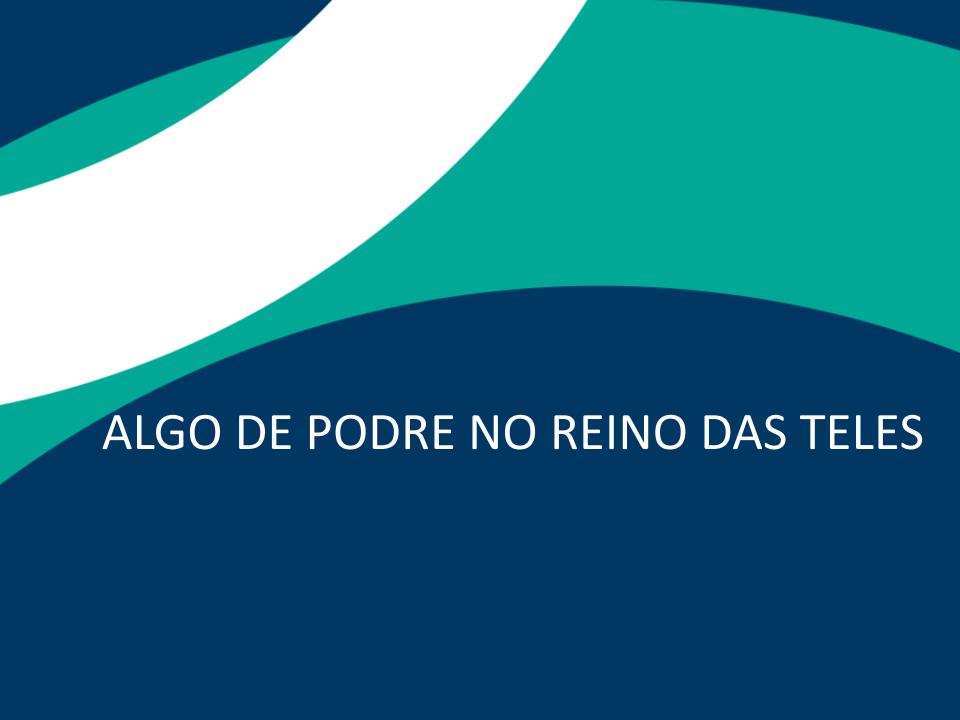


Levantamento da PROTESTE - 2

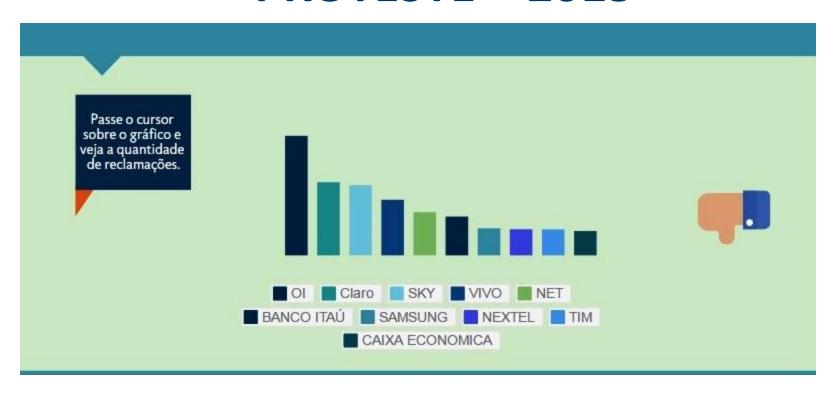
País	Legislação
Itália	Não existe qualquer tipo de limitação com relação a velocidade e a quantidade de dados trafegados. As poucas tarifas de acesso à Internet não vinculadas a uma linha telefônica custam em torno de 24 euros por mês (R\$ 100,00).
América Latina	Problemas: baixa concorrência, com serviços lentos e caros. Fibre-to-the-Premise (FTTP) está se tornando mais amplamente disponível em toda a região, com altas taxas de adesão; porém, o serviço ainda só atrai clientes de alta renda e pequenas empresas que necessitam de conexões rápidas. FTTP é conexão de fibra óptica diretamente nas instalações dos clientes. Um exemplo é o Vivo Fibra. O acesso por fibra óptica é promissor no Brasil (devido às Olimpíadas 2016) e no Uruguai, cujo governo já começou a implantar uma rede FTTP nacional, por meio da Antel (estatal).







RANKING DAS MAIS RECLAMADAS PROTESTE – 2015





ANATEL OU AMATEL?

- Teles são campeãs de reclamações e não cumprem metas de qualidade.
- Em 2015, PROTESTE, em parceria com o site Minha Conexão, constatou que a velocidade da banda larga ficou abaixo do contratado em 73% dos casos.
- Tecnologia 3G não funciona direito, mas 4G foi lançado.
- Agência apoia extinção gradual dos orelhões.
- Roaming (tarifa de deslocamento) continua sendo cobrado.



ANATEL OU AMATEL?

- Para presidente da Anatel, João Rezende, "a era da Internet ilimitada está chegando ao fim".
- Em 2015, PROTESTE, constatou que a velocidade da banda larga ficou abaixo do contratado em 73% dos casos.
- Para superintendente de competição da Anatel, Carlos Baigorri, "não existe um único consumidor, então para quem está abaixo da média, consome menos, o limite é melhor. E pior para quem consome muito".
- Por isso, deveria se chamar AMATEL, agência que ama as teles.



Os argumentos da Anatel

AFIRMAÇÃO: Banda larga ilimitada pode elevar o preço do serviço ou reduzir a qualidade dele.

NOSSA AVALIAÇÃO: Acesso à banda larga já é muito caro. Dentre as causas, estão os tributos. De uma conta de R\$ 89,90 do Vivo Fibra, R\$ 22,48 correspondem ao ICMS, R\$ 0,58 ao PIS, e R\$ 2,70 ao Cofins. Total: R\$ 25,76 (28,65% do valor da conta). A Anatel deveria atacar esse problema, não o bolso dos consumidores. Pagamos caro por banda larga lenta.

AFIRMAÇÃO: Temos de pensar na sustentabilidade do setor. NOSSA AVALIAÇÃO: Deve haver sustentabilidade do modelo, o que implica também o consumidor. Não existe sustentabilidade unilateral.

AFIRMAÇÃO: Pode haver limite de dados se operadoras comprovarem haver ferramentas para que o cliente acompanhe em tempo real uso da franquia. NOSSA AVALIAÇÃO: A PROTESTE entende que o problema não seja o direito de ser avisado sobre proximidade do fim da franquia, e sim adotar a franquia e o corte. A Ordem dos Advogados do Brasil tem o mesmo entendimento!

O que diz o Marco Civil da Internet – 1

O acesso à Internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos no artigo 7º:

- I inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;
- II inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;
- III inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;
- IV não suspensão da conexão à internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização;
- V manutenção da qualidade contratada da conexão à internet;



O que diz o Marco Civil da Internet – 2

O artigo 9º do Marco Civil, trata do princípio da neutralidade na rede. Em seu caput 3º, não poderia ser mais claro em relação ao bloqueio dos pacotes de dados:

§ 3º Na provisão de conexão à internet, onerosa ou gratuita, bem como na transmissão, comutação ou roteamento, é vedado bloquear, monitorar, filtrar ou analisar o conteúdo dos pacotes de dados, respeitado o disposto neste artigo.



O que diz o CDC

Reconhece a vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. Diz que devem ser garantidos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.

Harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica.

Art. 22. Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

Atualmente, acesso à banda larga é tão essencial quanto luz, água e saneamento básico.



Comité Gestor da Internet

As questões contratuais relativas ao Serviço de Conexão à internet devem ser resolvidas exclusivamente à luz do Marco Civil da Internet e do Código de Defesa do Consumidor, pois o serviço de conexão à Internet ET está fora das atribuições da Anatel, nos termos do art. 18 da Lei Geral de Telecomunicações.

O órgão que desempenha a coordenação da internet e é responsável pela padronização, normatização, administração, controle, atribuição de endereços, gerência de domínios e outras atividades correlatas, no tocante à Internet, é o Comitê Gestor da Internet do Brasil, nos termos do Decreto 4.829/2003, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, sobre o modelo de governança da Internet no Brasil, e dá outras providências.



Como funciona em outros países

A polêmica sobre a franquia de dados na banda larga é bem mais complexa do que parece. Segundo o jornal "Folha de S.Paulo", em mais de 70% dos países os pacotes mais básicos de banda larga são ilimitados (dado da União Internacional de Telecomunicações).

Nos Estados Unidos, sete das 13 maiores companhias oferecem planos com e sem limite. Nos pacotes mais caros da AT&T, por exemplo, o usuário pode usar 1 Terabyte de dados (cerca de mil Gbytes). Na Vivo, no plano mais caro de fibra óptica, o consumidor deve ter 300 Gbytes.

Não precisamos, contudo, ir tão longe nas comparações. No vizinho Chile, colega do Mercosul, o plano mais barato da Movistar tem 500 Gbytes mensais, 10 vezes superior ao da Vivo, e 16 vezes mais do que o oferecido pela Net, informa o jornal "O Estado de S.Paulo".



Consumo de dados (uso intenso e moderado)

Cálculo feito pela PROTESTE



Ferramenta da PROTESTE para testar a Velocidade da banda larga fixa contratada pelo brasileiro não segue os parâmetros mínimos de qualidade exigidos pela Anatel.





Levantamento feito pelo G1, com base nos dados mais recentes deste ano da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), informa:

Enquanto a maior parte dos moradores de 406 cidades do Brasil acessa

A Internet com uma velocidade inferior à oferecida na Líbia – um país em conflito –, a maioria dos habitantes de outros 456 municípios navega na web com velocidade similar à de países como Finlândia, Suíça e Japão.





A velocidade média da internet no Brasil, que completa 20 anos neste mês, gira em torno de 3 Mbps, o que faz o país ocupar a 89ª taxa de download mais rápida do mundo, atrás de Iraque, Kuait e Sri Lanka, segundo o último relatório da Akamai, empresa de alcance global e referência na área.

A Coreia do Sul, em primeiro lugar no ranking formado por quase 150 países, tem uma velocidade média de 22,2 Mbps.





A média do Brasil esconde uma disparidade ainda maior entre os municípios.

Como as empresas são obrigadas a informar à Anatel a faixa de velocidade de todos os pontos de acesso fixo no país, é possível analisar a situação de cada cidade.





São cinco tipos de faixa de classificação (0 a 512 Kbps, 512 Kbps a 2 Mbps, 2 Mbps a 12 Mbps, 12 Mbps a 34 Mbps e acima de 34 Mbps). São Paulo, por exemplo, tem 3,1 milhões de pontos.

A maioria deles (47%) se concentra na faixa de 2 a 12 Mbps. "O Estado de S.Paulo".





Regulamentação - 1

A presidente Dilma Roussef prometeu um decreto que regulamentaria os pontos críticos do Marco Civil da Internet. O decreto, conforme apurou a Folha de S.Paulo, impediria as teles de restringir a velocidade da Internet fixa ou de forçar a franquia quando o limite contratado fosse atingido.



A solução, para a PROTESTE, é que o Congresso regulamente o Marco Civil por lei, especialmente as regras da neutralidade de rede, explicitando que as teles não poderão vender planos com limite de dados.





Regulamentação – 2

O argumento das operadoras de que o Marco Civil prevê a liberdade do modelo de negócio (o que abriria espaço para contratos com limite de dados) é falso. A liberdade do modelo não pode suplantar a neutralidade. Ou seja, as teles podem vender os planos que quiserem, desde que respeitem o Marco Civil, inclusive e principalmente a neutralidade.





Ação civil e petição on-line - 1

A PROTESTE ingressou, no mês passado, com petição, reiterando pedido de liminar na ação contra as principais operadoras de telecomunicações, em tramitação desde maio de 2015.

Na ação, foi pedido que as operadoras sejam impedidas de comercializar planos franqueados com previsão de bloqueio da conexão à Internet, depois de esgotado o limite de dados.

Também solicita que as teles deixem de impor planos franqueados com acesso restrito a determinados conteúdos e aplicativos (zero-rating ou acesso patrocinados), depois de esgotadas as franquias.

E que sejam obrigadas a adequar suas práticas na contratação do serviço de conexão à internet aos termos do Marco Civil.

Ação civil e petição on-line - 2

Para mobilizar os consumidores, a PROTESTE também criou uma petição on-line contra o bloqueio de acesso à Internet fixa.



Mais de 160 mil pessoas já assinaram a petição.

http://www.proteste.org.br/nossas-lutas/diga-nao-ao-bloqueio-da-sua-internet-fixa

Internet, direito de todos os cidadãos



O Marco Civil da Internet levou seis anos para ser aprovado. Não podemos violar essa conquista para que as empresas aumentem as suas receitas em detrimento do consumidor.

A apoio inicial da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) à limitação do uso de Internet fixa fere o Marco Civil e dá aval a práticas que oferecem riscos ao consumidor, além de extrapolar a área de atuação da agência.

De acordo com o Marco Civil da Internet (MCI), a governança da internet se dará por mecanismos multiparticipativos, incluindo o Comitê Gestor da Internet no Brasil. Além disso, as garantias estabelecidas no MCI e no Código de Defesa do Consumidor estão em pleno vigor, proibindo que entidades comerciais ou regulatórias editem normas que contrariem as leis.

Obrigada pela atenção!

Site <u>www.proteste.org.br</u>

e-mail: midolci@proteste.org.br

Maria Inês Dolci Coordenadora Institucional



